

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.656.060 - RJ (2020/0021621-0)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : LUCIANO DE JESUS DIAS**  
**ADVOGADOS : RENATA FERNANDA PINHEIRO DA CRUZ - RJ096267**  
**ROBERTO VENCESLAU VIANNA - RJ133306**  
**AGRAVADO : AVS SEGURADORA S.A. - EM LIQUIDACAO**  
**ADVOGADO : JOSÉ CARLOS DE ALVARENGA MATTOS - SP062674**  
**AGRAVADO : TRANSPORTES AMIGOS UNIDOS S/A**  
**ADVOGADO : MARIO GOMES FILHO - RJ080789**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por LUCIANO DE JESUS DIAS, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, assim resumido:

AGRAVO INTERNO. APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO CAUSADO POR COLETIVO DA EMPRESA RÉ. ATROPELAMENTO. DENUNCIAÇÃO DA LIDE À SEGURADORA DO VEÍCULO PROMOVIDA PELO DEMANDADO. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA QUE RECONHECEU A OBRIGAÇÃO DO RÉU DE INDENIZAR OS DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. AUTOR QUE PLEITEIA A REFORMA DA DECISÃO MONOCRÁTICA PLEITEANDO O AUMENTO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E INDENIZAÇÃO POR INCAPACIDADE TOTAL. RÉU ALEGA A VIOLAÇÃO AO ARTIGO 18, "d" DA LEI Nº 6024/74 E QUE NÃO HOUE A CARACTERIZAÇÃO DO DANO MORAL NO CASO EM TELA. QUESTÕES ADEQUADAMENTE APRECIADAS PELA DECISÃO MONOCRÁTICA. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (fls. 441).

Quanto à primeira controvérsia, alega violação dos arts. 944 do CC e 6º, VI, do CDC, no que concerne ao valor da indenização a título de dano moral, trazendo os seguintes argumentos:

Nesse diapasão, insta assinalar que a ora Recorrida reiteradamente comete atos ilícitos no desempenho de sua atividade, ferindo a integridade física de seus passageiros, conforme se verifica de inúmeros processos ajuizados em face dela, o que deixa clara que o valor fixado da indenização por danos morais será um estímulo para que a concessionária se perpetue no cometimento de atos ilícitos, ferindo a cláusula de incolumidade física, ínsita ao contrato de transporte.

[...]

Restando inequivocadamente comprovada a obrigação de indenizar da ora Recorrida, há que se traçar o critério que deverá nortear o julgador na fixação do quantum da indenização relativa ao dano moral perpetrado contra o ora Recorrente.

É preciso que os nossos julgadores comecem a rever os critérios de arbitramento do dano imaterial, que por sua relevância, reconhecida até em sede constitucional, não pode ser amesquinhada.

Em um país onde as indenizações civis decorrentes de atos ilícitos contra a vida e a pessoa humana são usualmente fixadas de acordo com o rendimento das vítimas, que geralmente, por pertencerem as camadas desafortunadas da população, usuárias dos transportes coletivos, trens e ônibus, trabalhadores que sofrem acidentes no trabalho, ou para os casos como o presente, é próximo ao salário mínimo, salário esse que está entre os menores do mundo, torna-se natural que se relegue a segurança das pessoas a um plano inferior.

[...]

Sobre as questões pertinentes ao dano moral, a maior dificuldade está em se fixar o seu valor, eis que inexistem critérios previstos por lei, para tal. Dessa forma a indenização deve ser entregue ao livre arbítrio do julgador que, evidentemente, ao apreciar os fatos concretos, submetidos a exame, fará a entrega da prestação jurisdicional, de forma livre e consciente, à luz das provas que forem produzidas.

[...]

Saliente-se que o dano moral arbitrado não pode ser irrisório, até mesmo para evitar a conduta ilícita reiterada praticada pela ora Recorrida, ressaltando-se que sua conduta ilícita perdura por anos, consubstanciada na violação da integridade física de seus passageiros, sem que faça nada, em um estado completamente omissivo e indiferente, pouco se importando com a vida das pessoas, o maior bem jurídico tutelado pelo ordenamento jurídico. (fls. 520/522).

Quanto à segunda controvérsia, alega violação do art. 949 do CC, no que concerne à devida condenação em danos materiais pelo pagamento de indenização por período de incapacidade total e temporária, trazendo os seguintes argumentos:

Impõe-se também a condenação da ora Recorrida, com supedâneo no artigo 949, do Código Civil, ao pagamento de indenização pelo período de incapacidade total e temporária do ora Recorrente, no valor correspondente a 03/30 (três, trinta avos) de um salário mínimo.

Conquanto, pelos fatos acima elencados, merece muita reavaliação o v. acórdão vergastado no que concerne ao direito do ora Recorrente ao recebimento de uma justa indenização a título de dano moral, além de indenização pelo período de incapacidade total e temporária.

Assim, demonstrado à saciedade o desacerto do v. acórdão recorrido, bem como preenchidos os requisitos para admissão do presente recurso, é imperiosa a modificação do julgado nos pontos acima explicitados. (fls. 522/523).

É o relatório.

Decido.

Em relação à primeira controvérsia, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Os Agravantes, uma vez mais, pretendem a reforma da decisão que lhes foi desfavorável. Ocorre que nenhum reparo há de ser feito, eis que a questão já foi corretamente apreciada, não tendo sido trazido nenhum argumento novo capaz de modificar o julgado, que foi proferido nos seguintes termos:

DANO MORAL: A INDENIZAÇÃO PELO DANO MORAL FOI CORRETAMENTE A 442 BITRADA PELO JUÍZO A QUO, POIS, SE POR UM LADO SE MOSTROU INQUESTIONÁVEL O DE INDENIZAR, DECORRENTE DO ATROPELAMENTO SOFRIDO, DA LESÃO OCASIONADA E DO DANO ESTÉTICO APARENTE, POR OUTRO, NÃO PODE O MAGISTRADO PERDER DE VISTA O PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE, ADEQUANDO A INDENIZAÇÃO À REPROVAÇÃO DA CONDUTA DO INFRATOR E À GRAVIDADE DA LESÃO POR ELE CAUSADA.

O QUANTUM INDENIZATÓRIO LEVOU EM CONTA O DANO CAUSADO, A REALIDADE SOCIAL E ECONÔMICA DA VÍTIMA E CONTEXTO FÁTICO DO EVENTO, DE MODO A REPRESENTAR UMA SATISFAÇÃO PARA CONTRAPOR-SE AO TRANSTORNO QUE LHE FOI CAUSADO, SEM QUE SIGNIFIQUE O ENRIQUECIMENTO PELA VÍTIMA, SEM A CAUSA CORRESPONDENTE.

O VALOR ARBITRADO EM R\$10.000,00 (DEZ MIL REAIS), FOI ESTABELECIDO COM MODERAÇÃO E EM OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE, PORÉM NÃO SE EVIDENCIAM MOTIVOS PARA SUA REDUÇÃO OU MAJORAÇÃO, EIS QUE ARBITRADOS CORRETAMENTE PELO DOUTO MAGISTRADO SENTENCIANTE, CABENDO TRANSCREVER LIÇÃO DO CULTO DESEMBARGADOR SERGIO CAVALIERI FILHO, VERBIS: [...] (fls. 442).

Assim, portanto, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que, muito embora possa o STJ atuar na revisão das verbas fixadas a título de danos morais, esta restringe-se aos casos em que arbitrados na origem em valores irrisórios ou excessivos, o que não se verifica no caso concreto.

Nesse sentido: “Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do óbice da Súmula n. 7 do STJ para possibilitar sua revisão. No caso, a quantia arbitrada na origem é razoável, não ensejando a intervenção desta Corte” (AgInt no AREsp 1.214.839/SC, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira,

Quarta Turma, DJe de 8/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.269.094/PR, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt no AREsp 1.386.578/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 13/3/2019; e AgInt no REsp 1.761.700/RO, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 26/2/2019.

Em relação à segunda controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que “as razões do recurso especial devem exprimir, com transparência e objetividade, os motivos pelos quais o julgado recorrido deve ser reformado. A narrativa acerca da legislação que rege o tema em debate, sem que se aponte a contrariedade ou a negativa de vigência pelo julgado recorrido, não preenchem os requisitos formais de admissibilidade recursal” (AgInt no REsp n. 1.532.990/MT, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 14/2/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg nos EDcl nos EDcl no AREsp n. 334.099/SP, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 22/11/2018; AgInt no AREsp n. 1.261.044/AM, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 12/9/2018; e AgInt no AREsp n. 1.291.631/GO, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 30/8/2018.

Ademais, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente